

Clipping **TJES**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

08/03/2019

Sumário

Número de notícias: 21 | Número de veículos: 16

A GAZETA - ES - OPINIÃO
TJES

Sem arrependimentos, 4

A TRIBUNA - ES - POLÍTICA
TJES

Secretário vai ter de explicar por que urinou na rua, 5

JORNAL TEMPO NOVO ONLINE - ES - RECENTES
TJES

Violência contra a mulher mobiliza lideranças femininas, 6

SÍNTESE - DF - CIVIL / FAMÍLIA / IMOBILIÁRIO
TJES

TJES - Empresa deve indenizar passageiras após atraso e problemas de higiene em ônibus, 7

TV GAZETA / AF. GLOBO ES - BOM DIA ES
TJES

Claudia Garcia promotora de justiça fala sobre violência contra mulher, 8

TV GAZETA / AF. GLOBO ES - BOM DIA ES
TJES

Atendimento jurídico e psicológico na praça, 9

TV RECORD NEWS - ES - LINK ES
TJES

Reforma da casa em que Joaquim e Kauã morreram, 10

TV VITÓRIA - RECORD - ES - ES NO AR
TJES

Atendimento de graça hoje para mulheres vítimas de violência, 11

TV VITÓRIA - RECORD - ES - FALA MANHA
TJES

Atendimento para mulheres vítimas de violência, 12

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
TERMOS RELACIONADOS

STF vai decidir se taxa pode ser descontada do salário, 13

GAZETA ONLINE - ES - BRASIL
TERMOS RELACIONADOS

Jovem que foi queimada pelo namorado será enterrada nesta sexta-feira, 14

NOTÍCIA AGORA ONLINE - ES
TERMOS RELACIONADOS

Jovem que foi queimada pelo namorado será enterrada nesta sexta-feira (Promoções), 15

AQUI NOTÍCIAS ONLINE - ES - GERAL
TERMOS RELACIONADOS

Jovem que foi queimada pelo namorado em SP será enterrada nesta sexta-feira, 16

CNJ - NOTÍCIAS
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

CNJ levanta processos de desastres em Brumadinho, Mariana, Unaí e da Boate Kiss, 17

CNJ - NOTÍCIAS
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Consulta pública sobre cadastros nacionais é encerrada com 220 sugestões, 19

Sexta-Feira, 8 de Março de 2019

CNJ - NOTÍCIAS
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Cresce número de processos de feminicídio e de violência doméstica em 2018, 20

FOLHA - ON LINE - PAINEL
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Na linha oposta à da Lava Jato, Fachin diz que cabe à União destinar dinheiro recuperado, 21

FOLHA - ON LINE - NOTÍCIAS
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Togadas e estagnadas, 22

FRAGA ADVOGADOS - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Mês Nacional do Júri realizou mais de 3,5 mil julgamentos, 23

O GLOBO - ON LINE - RJ - ULTIMAS NOTICIAS
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Artigo: Para a Lava-Jato não acabar em pizza, 24

A GAZETA - ES - CIDADES
ASSUNTOS AFINS

Carnaval teve 169 casos de agressão, 25

RAPHAEL MAIA RANGEL

É defensor público do Estado do Espírito Santo

Sem arrependimentos

▲ Homens detidos por crimes ligados à Lei Maria da Penha no carnaval não se sentem culpados

Neste carnaval, fui designado pela Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo para atuar nas audiências de custódia da segunda-feira de carnaval e da Quarta-Feira de Cinzas no Centro de Triagem de Viana (CTV), onde ficam as pessoas presas em flagrante de delito na Grande Vitória (Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória) e em alguns municípios do interior que não são atendidos pelas audiências de custódia realizadas nas comarcas de Cachoeiro de Itapemirim, Colatina e São Mateus. No CTV essas audiências são conduzidas por um juiz de direito do TJ-ES e integradas por um membro do Ministério Público Estadual e um membro da Defensoria Pública Estadual.

Destaco dois fatos que chamaram a atenção. O primeiro dado é que o crime mais praticado nos dois dias de carnaval estava relacionado à violência doméstica, e o segundo dado é que os autores não demonstraram qualquer arrependimento ou culpa por esses crimes.

Aproximadamente 85% dos detidos eram assistidos pela Defensoria Pública e 15% constituíram advogado. Entre as pessoas que se encaixavam no primeiro caso, 31% tinham cometido crimes relacionados com a lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha), ou seja, crimes relacionados com violência doméstica; 20%

tinham cometido crimes relacionados a lei 11.343/06 (Lei de Drogas), ou seja, crimes relacionados ao uso ou tráfico de drogas; 17% eram relacionados a crimes de furto; 17% a crimes de trânsito e os últimos 15% praticaram outros tipos penais do nosso sistema jurídico que não tiveram destaque estatístico.

O fato de os crimes descritos na Lei Maria da Penha liderarem essa triste lista já foi motivo de surpresa, mas o mais espantoso foi verificar que as pessoas que cometiam esses crimes não apresentavam qualquer grau de culpa ou arrependimento. Pior que isso, na maioria dos casos, os homens acreditavam que a razão de eles estarem presos no CTV não era porque tinham ameaçado, batido ou até espancado suas parceiras, mas sim porque elas tinham comunicado para as autoridades policiais os seus atos.

Enfim, a breve experiência não tem o condão de apresentar dados empíricos substanciais, pois foram analisados apenas dois dias, mas essa amostra serve para alertar a população que os crimes relacionados à Lei Maria da Penha lideraram as ocorrências no carnaval capixaba nos dias analisados.

Não parece haver dúvidas que o estímulo dos órgãos públicos para que as mulheres comuniquem as ameaças ou agressões sofridas pelos seus parceiros está surtindo efeito. Os dados estatísticos demonstram isso. Contudo, é necessário que uma política pública voltada para a redução da incidência desses crimes seja eficaz, a fim de que os homens que ameaçam ou agredem suas parceiras sejam rotulados como criminosos e com isso evitem esses atos.

Secretário vai ter de explicar por que urinou na rua

A investigação do Ministério Público do Distrito Federal (MP-DF) para apurar se o secretário de Meio Ambiente de Vitória, Luiz Emanuel Zouain da Rocha, urinou na rua após deixar um restaurante em área movimentada de Brasília, em dezembro, chegou ao Tribunal de Justiça do Espírito Santo.

Agora, a investigação deve ser acompanhada também por uma equipe de magistrados capixabas.

Mesmo em Vitória, a investigação não deixa de acontecer no Tribunal de Justiça de Brasília.

O secretário, que teve um suposto vídeo comprovando que estava urinando, informou que vai esperar intimação para se pronunciar.

Violência contra a mulher mobiliza lideranças femininas

Segundo dados divulgados pela Coordenadoria Estadual de Varas da Violência Doméstica contra a Mulher, durante o carnaval 2019 foram registrados 84 lesões corporais, 60 ameaças, nove descumprimentos de medidas protetivas, 10 estupros, duas tentativas de homicídio, quatro crimes de importunação sexual e 27 prisões em flagrante por lesão corporal. Esses números ainda devem aumentar, conforme os registros forem confirmados por parte das vítimas.

Com esses números considerados alarmantes de violência contra a mulher, autoridades femininas capixabas se mobilizam para uma série de ações com o objetivo reduzir esses índices.

Uma dessas ações está marcada para o dia 21, na Assembleia Legislativa. Iniciativa da Procuradoria da Mulher na Casa, uma sessão vai marcar o debate em torno do tema e contará com representantes de diversos segmentos organizados. Quem explica é a presidente da Procuradoria, deputada Janete de Sá (PMN).

"Essa situação tem crescido em todo o país. No estado, o problema se agrava especialmente na Grande Vitória, onde a Serra possui índices alarmantes. Identificamos que o homem não está conseguindo acompanhar a evolução da mulher capixaba, cada vez mais em busca de emancipação econômica e educacional", analisou.

Já no próximo dia 11 tem início a 13ª Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa. Em seguida, nos dias 12, 13, 14 e 15, o ônibus rosa vai ficar na pracinha da Prainha, em Vila Velha, disponibilizando medidas protetivas às vítimas.

De acordo com a juíza titular da Coordenadoria Estadual de Varas da Violência Doméstica contra a Mulher, Hermínia Azoury, os números são realmente consideráveis. "A Serra precisa de mais políticas públicas, como as desenvolvidas em Vitória", criticou.

Na Serra, as ações para o combate à violência doméstica têm início nesta sexta-feira (8), quando servidores da Secretaria de Políticas Públicas para a Mulher (Seppom) estarão nas ruas para conversar com a população.

Titular da secretaria, Luciana Malini disse, ainda, que

no dia 28 de março tem início a campanha "Quem Ama, Abraça Fazendo Escola", e que haverá um treinamento destinado a professores da rede municipal, em abril.

"A Lei Maria da Penha está funcionando no que é da sua competência; nos relacionamentos humanos a gente busca ajuda. A Serra cumpre seu papel oferecendo atendimento à mulher que se encoraja a buscar ajuda", avaliou.

A deputada federal Soraya Manato (PSL) opinou sobre os recentes números da violência contra a mulher. "O aumento nos feminicídios é porque esses problemas deixaram de ficar no privado, e as mulheres foram encorajadas a denunciar. Por isso houve esse aumento. Na realidade, as mulheres estão sendo encorajadas a denunciar. Elas têm uma proteção maior, mas ainda não é total, porque isso ainda tem que ser muito trabalhado", apontou.

Justiça e polícia

Segundo dados do **Tribunal de Justiça do Espírito Santo**, no estado existem seis varas especializadas em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, localizadas em Vitória, Vila Velha (2), Serra, Cariacica e Linhares. Conforme a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social (Sesp), no Espírito Santo, atualmente há delegacias especializadas de atendimento à mulher (DEAMs) nos municípios de Vila Velha, Vitória, Cariacica, Serra, Viana, Guarapari, Linhares, Nova Venécia, São Mateus, Venda Nova do Imigrante, Cachoeiro de Itapemirim, Aracruz e Colatina. Além disso, há a Delegacia de Plantão Especial da Mulher da Região Metropolitana (PEM), todas subordinadas à Divisão Especializada de Atendimento à Mulher (DIV-DEAM).

Site: <https://www.portalmtempoново.com.br/violencia-contra-a-mulher-mobiliza-liderancas-femininas/>

TJES - Empresa deve indenizar passageiras após atraso e problemas de higiene em ônibus

A 6ª Vara Cível de Vitória condenou uma empresa de transporte rodoviário a indenizar duas passageiras em R\$1 mil, para cada uma, a título de reparação por danos morais, após as autoras relatarem falha na prestação de serviço da requerida.

Na petição autoral, as requerentes narram que adquiriram bilhetes para viajar de Vitória/ES a Viçosa/MG. Alegam que aguardavam o ônibus, com partida definida para 21:20h, contudo o transporte encostou para embarque apenas às 23:30h, apresentando mau cheiro e péssimas condições de higiene e conservação. Ainda, as autoras afirmam que houve tratamento desrespeitoso por parte de um funcionário quando elas foram tirar satisfação sobre o atraso e condição do veículo.

Em defesa, a ré afirma que a linha percorre o trecho de Ilhéus/BA à Manhuaçu/MG, com diversas paradas pelo trajeto, dentre elas Vitória/ES, de modo que atrasos para embarque e desembarque nas rodoviárias ocorrem devido a imprevistos como trânsito intenso, chuva, acidentes e fiscalização, decorrentes da própria viagem.

Quanto à falta de higiene relatada pelas passageiras, a empresa argumentou que quando o ônibus realiza a parada em Vitória/ES, para embarque de novos passageiros, é realizada uma limpeza, com recolhimento do lixo que fica acumulado durante os trechos. Além disso, a ré afirma que houve falta de provas sobre o fato narrado pelas autoras, devendo a ação ser julgada como improcedente.

Após analisar os depoimentos de três passageiros e as provas juntadas ao processo, a juíza da 6ª Vara Cível de Vitória entendeu que a requerida apresentava, constantemente, transportes com atrasos e más condições de uso. De toda a narrativa extraída dos depoimentos, verifica-se que há prova no sentido de que a ré, constantemente, falhava na prestação dos serviços ofertados, porquanto não cumpria com os cronogramas estabelecidos quando da contratação do transporte (CC, art. 737), além de não apresentar o veículo em condições adequadas de uso, uma vez que, em diversas situações, inclusive nesta narrada, o banheiro se encontrava sujo e irradiava maus odores,

destacou a magistrada em sua decisão, entendendo que houve falha na prestação de serviço.

A juíza decidiu, então, pela condenação da empresa de transporte rodoviário a reparar o dano moral causado às partes requerentes.

Processo nº 0017198-72.2006.8.08.0024 (024.06.017198-0)

Fonte: **Tribunal de Justiça do Estado** de Espírito Santo

Site:

http://www.sintese.com/noticia_integra_new.asp?id=442247

Claudia Garcia promotora de justiça fala sobre violência contra mulher

Tatiane Braga, Mario Bonela

TAG: PROMOTORA DE JUSTIÇA, MINISTÉRIO PÚBLICO, BOLETIM DE OCORRÊNCIA, DIA INTERNACIONAL DA MULHER, GUARDA MUNICIPAL DA SERRA, ÔNIBUS DA LEI MARIA DA PENHA, MORTES VIOLENTAS, **TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, ESPIRITO SANTO, FEMINICÍDIO, POLÍTICAS DE PREVENÇÃO, JUDICIÁRIO, DEFENSORIA, LEI MARIA DA PENHA, CRIME

Multimídia:

http://midia.smi.srv.br/video/2019/03/08/080319_tv gazeta_bomdiaes_tjes_violencia.mp4

Atendimento jurídico e psicológico na praça

Polyana Alvarenga

TAG: DELEGACIA DA MULHER, **TRIBUNAL DE JUSTIÇA** DO ESPIRITO SANTO, ATENDIMENTO, MULHÈRES, DIA INTERNACIONAL DA MULHER, COORDENADORA DO **TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, HERMÍNIA AZOURY, EQUIPE MULTIDISCIPLINAR, ÔNIBUS DA LEI MARIA DA PENHA, MEDIDA PROTETIVA, MINISTÉRIO PÚBLICO, POLÍCIA MILITAR

Multimídia:

http://midia.smi.srv.br/video/2019/03/08/080319_tvgazeta_bomdiaes_tjes_atendimento.mp4

Reforma da casa em que Joaquim e Kauã morreram

TAG: CASO KAUÃ E JOAQUIM, **TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, REFORMA, LIBERAÇÃO PARA REFORMA, SEGREDO DE JUSTIÇA, PROCESSO

Multimídia:

http://midia.smi.srv.br/video/2019/03/07/070319_tvvtoria_linkes_tjes_reforma.mp4

Atendimento de graça hoje para mulheres vítimas de violência

Luana Damasceno

TAG: ATENDIMENTO, MULHER, VIOLÊNCIA,
ÔNIBUS ROSA, LEI MARIA DA PENHA, VILA VELHA,
HERMÍNIA AZOURY, JUÍZA, CONSELHO,
PREFEITURA DE VILA VELHA, TRIBUNAL DE
JUSTIÇA, TJES,

Multimídia:

http://midia.smi.srv.br/video/2019/03/08/080319_tvvitória_esnoar_serra_atendimento.mp4

Atendimento para mulheres vítimas de violência

Luana Damasceno

TAG: ATENDIMENTO, MULHER, VIOLÊNCIA,
ÔNIBUS ROSA, LEI MARIA DA PENHA, VILA VELHA,
HERMÍNIA AZOURY, JUÍZA, CONSELHO,
PREFEITURA DE VILA VELHA, TRIBUNAL DE
JUSTIÇA, TJES,

Multimídia:

http://midia.smi.srv.br/video/2019/03/08/080319_tvvitória_falamanha_serra_atendimento.mp4

CONTRIBUIÇÃO PARA SINDICATOS

STF vai decidir se taxa pode ser descontada do salário

Confederação entrou com ação no Supremo contra medida do governo federal que determina pagamento apenas por boleto

Caio Miranda
Kayque Fabiano

A Confederação Nacional das Carreiras Típicas de Estado (Conacate) entrou com uma ação, no último sábado, no Supremo Tribunal Federal (STF), contra a Medida Provisória (MP) 873, editada pelo presidente Jair Bolsonaro e publicada no Diário Oficial da União (DOU) na sexta-feira.

A MP proíbe o desconto em folha da contribuição sindical e, a partir de agora, ela terá de ser paga exclusivamente por boleto bancário pelo trabalhador. O ministro Luiz Fux é o relator, que pode conceder ou negar o pedido de liminar para suspender os efeitos da medida até que o plenário do tribunal discuta a ação definitivamente.

A Conacate, representante de servidores públicos federais como auditores da Receita e policiais federais, pede a inconstitucionalidade da medida provisória. O órgão alega que houve violação a dispositivos da Constituição, como a garantia ao servidor público civil do direito à livre associação sindical.

A entidade afirmou ainda que a proibição representa a "regressão de um direito", que colocará em risco a administração dos sindicatos. E vê a medida como uma tática para reduzir a capacidade financeira de entidades que se opõem ao governo federal em pautas como a reforma da Previdência e outras políticas econômicas.

A contribuição sindical deixou de ser obrigatória na reforma trabalhista aprovada no governo do ex-presidente Michel Temer, no fim de 2017. Desde então, os trabalhadores são obrigados a expressar a vontade de contribuir para seu sindicato, mas o desconto continuou sendo feito diretamente do salário pelas empresas.

A MP já está valendo e tem força de lei. Porém, é necessário ser aprovada pelo Congresso em até 120 dias, ou perde validade e a regra antiga volta a vigorar.

Segundo o advogado trabalhista Adriesley Esteves de Assis, por diferentes ângulos, a MP pode ser ou não considerada inconstitucional, cabendo a interpretação do STF.

"Ao proibir o desconto em folha, de certa forma a MP impede o trabalhador de contribuir. Porém, ele pode ir até o sindicato, se associar e retirar o boleto de pagamento. Na minha opinião, não tira a liberdade de associação, mas há espaço para outras interpretações. É papel do STF julgar se a norma é ou não constitucional", afirmou.



LUIZ FUX pode conceder ou negar liminar para suspender efeitos da medida até que plenário do STF discuta a ação

ENTENDA

Contribuição deixou de ser obrigatória

Medida Provisória

> O GOVERNO FEDERAL publicou, na edição do Diário Oficial da União (DOU) da última sexta-feira, a Medida Provisória (MP) 873, que determina que a contribuição sindical deixe de ser descontada diretamente do salário do trabalhador.

> O PAGAMENTO pode ser feito por meio de boleto bancário.

> AMP tem força de lei, mas precisa ser aprovada no Congresso em até 120 dias após a data de publicação. Caso contrário, a medida perde a validade e a regra antiga volta a vigorar.

O que é a contribuição

> TAMBÉM CONHECIDA como imposto sindical, é paga pelo trabalhador uma vez por ano, com valor equivalente a um dia normal de trabalho.

> A CONTRIBUIÇÃO é a maior fonte de receita dos sindicatos.

> ELA DEIXOU de ser obrigatória com a reforma trabalhista de 2017 e passou a ser opcional, mediante autorização prévia e expressa do empregado.

> PORÉM, para os trabalhadores que queriam contribuir, o desconto em folha continuou sendo feito por parte das empresas.

Decisão no STF

> O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL recebeu uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) da Confederação Nacional das Carreiras Típicas de Estado (Conacate).

> O MINISTRO Luiz Fux, relator da ação, decidirá se acata ou não o pedido de liminar para suspender os efeitos da MP 873.

> FUX também pode deixar de analisar o pedido de liminar e levar o caso direto ao plenário do Supremo.

Fonte: Pesquisa AT.

Empresas e empregados são contra

A Medida Provisória (MP) que proíbe o desconto da contribuição sindical diretamente no salário do trabalhador foi criticada por entidades que representam tanto as empresas quanto os empregados.

Segundo o presidente do Sindicato dos Comerciantes do Estado (Sindicomercários-ES), Rodrigo Rocha, a medida do governo federal é para criar dificuldades ao trabalhador que quer contribuir com o sindicato de sua categoria.

"Após a reforma trabalhista, houve muito o debate de 'os sindicatos precisam se reinventar'. Fizemos isso e os trabalhadores tomaram mais consciência da importância de um sindicato atuante. Voltamos a nos fortalecer, aí vem

essa medida. Esse discurso foi pura balela. A prova é essa MP".

O diretor da Federação do Comércio do Estado (Fecomércio-ES), José Carlos Bergamin, afirmou que a medida poderá diminuir, ainda mais, a arrecadação dos sindicatos.

THIAGO COURINHO — 11/03/2019



JOSÉ LINO quer reformulação total

"Se, por um lado, ela vem para trazer mais clareza e transparência à arrecadação dos sindicatos, por outro, vai diminuir e impactar ainda mais no funcionamento dessas entidades".

Para o presidente da Fecomércio-ES, José Lino Sepulcri, o sistema sindical brasileiro requer uma reformulação total, tanto na classe laboral, como na patronal.

"Existem estruturas que dão representatividade e protegem interesses das classes trabalhadora e patronal. A medida poderia ser estudada com mais carinho. São entidades criadas há décadas e desestabilizá-las do dia para a noite. Com certeza trará ramos de dimensões imensuráveis".

Extinção do "monopólio" no movimento sindical

Após a discussão e tramitação da reforma da Previdência, o governo do presidente Jair Bolsonaro vai propor o fim da unicidade sindical. Trata-se da obrigatoriedade de existir somente um sindicato por categoria profissional em uma mesma base territorial.

Segundo o secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, a ideia é permitir a concorrência entre essas entidades, estimulando a melhoria de desempenho e de prestação de serviços aos associados.

Segundo o presidente do Sindicato dos Comerciantes do Estado (Sindicomercários-ES), Rodrigo Rocha, o desejo do governo federal nada mais é que uma estratégia de "moeda de troca" para angariar votos na reforma da Previdência.

"Na reforma trabalhista, fizeram parecido e o trabalhador ficou com o pires na mão. Esperamos que isso não ocorra outra vez".

O diretor da Federação do Comércio do Estado (Fecomércio-ES), José Carlos Bergamin, afirmou que "ainda é cedo para avaliar os impactos, mas que outros países têm modelos de sindicatos mais concentrados e que são fortemente preparados para proteger o trabalhador. Algo parecido pode ser aplicado no Brasil".

OPINIÕES

DAVANA SOUZA — 23/03/2019



“Vai diminuir a arrecadação e impactar ainda mais no funcionamento dos sindicatos”

José Carlos Bergamin, Fecomércio-ES

LEONE SOLEZAS — 24/03/2019



“A medida é única e exclusivamente para evitar que o trabalhador contribua com o seu sindicato”

Rodrigo Rocha, Sindicomercários-ES

Jovem que foi queimada pelo namorado será enterrada nesta sexta-feira

A estudante Isabela Miranda de Oliveira, de 19 anos, que foi agredida e queimada pelo namorado, será enterrada às 10h desta sexta-feira, 8, no Cemitério Municipal Orlando Mollo, em Caieiras, na Grande São Paulo.

Isabela teve o corpo incendiado pelo namorado, William Felipe de Oliveira Alves, de 21 anos, durante um churrasco em Franco da Rocha, na região metropolitana de São Paulo, no domingo de carnaval (3).

> Femicídios antecedem o Dia Internacional da Mulher

Segundo relatos de testemunhas, Isabela teria sido abusada sexualmente pelo cunhado, de 23 anos, enquanto dormia após passar mal. O namorado teria ido até o quarto e flagrou os dois na cama. Após ver a cena, o namorado achou que o ato era consensual, espancou Isabela e em seguida, ateou fogo nela e no cunhado.

De acordo com a Secretaria de Segurança Pública (SSP), a estudante que teve mais de 80% do corpo queimado e o cunhado foram socorridos ao Hospital Estadual Francisco Morato. A jovem não resistiu aos ferimentos e morreu nesta quinta-feira, 7.

Foi solicitado perícia a local e duas facas foram apreendidas. O caso foi registrado como lesão corporal e tentativa de homicídio qualificado na delegacia de Franco da Rocha.

Após passar por audiência de custódia, William teve a prisão decretada pela justiça.

FEMINICÍDIO

A Câmara aprovou no final de fevereiro o pedido da deputada Flávia Arruda (PR-DF) para a criação de uma Comissão Temporária Externa destinada ao acompanhamento dos casos de violência doméstica contra a mulher e feminicídio no País.

A deputada quer verificar como os Estados estão atuando, quais são as políticas implementadas, quais os recursos destinados para este enfrentamento, se há ou não orçamento garantido para a execução dessas políticas de forma permanente.

> Medo tem feito mulheres desistirem de se relacionar. É a solução?

A reportagem do Estado, mostrou que em média, uma mulher é vítima de feminicídio no Estado de São Paulo a cada 60 horas. Em 2018, 148 assassinatos foram registrados já no boletim de ocorrência como derivados de violência doméstica ou por "menosprezo ou discriminação à condição de mulher".

O número de mortes é 12,9% maior do que o registrado no ano anterior (131) e mais do que o dobro do que o observado em 2016 (70), embora a quantidade de homicídios dolosos tenha diminuído no Estado. Os dados foram levantados pelo Estadão Dados com base em boletins de ocorrência (BO) da Secretaria de Segurança Pública (SSP).

Site:

<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/brasil/2019/03/jovem-que-foi-queimada-pelo-namorado-sera-enterrada-nesta-sexta-feira-1014171211.html>

Jovem que foi queimada pelo namorado será enterrada nesta sexta-feira (Promoções)

A estudante Isabela Miranda de Oliveira, de 19 anos, que foi agredida e queimada pelo namorado, será enterrada às 10h desta sexta-feira, 8, no Cemitério Municipal Orlando Mollo, em Caieiras, na Grande São Paulo.

Isabela teve o corpo incendiado pelo namorado, William Felipe de Oliveira Alves, de 21 anos, durante um churrasco em Franco da Rocha, na região metropolitana de São Paulo, no domingo de carnaval (3).

> Femicídios antecedem o Dia Internacional da Mulher

Segundo relatos de testemunhas, Isabela teria sido abusada sexualmente pelo cunhado, de 23 anos, enquanto dormia após passar mal. O namorado teria ido até o quarto e flagrou os dois na cama. Após ver a cena, o namorado achou que o ato era consensual, espancou Isabela e em seguida, ateou fogo nela e no cunhado.

De acordo com a Secretaria de Segurança Pública (SSP), a estudante que teve mais de 80% do corpo queimado e o cunhado foram socorridos ao Hospital Estadual Francisco Morato. A jovem não resistiu aos ferimentos e morreu nesta quinta-feira, 7.

Foi solicitado perícia a local e duas facas foram apreendidas. O caso foi registrado como lesão corporal e tentativa de homicídio qualificado na delegacia de Franco da Rocha.

Após passar por audiência de custódia, William teve a prisão decretada pela justiça.

FEMINICÍDIO

A Câmara aprovou no final de fevereiro o pedido da deputada Flávia Arruda (PR-DF) para a criação de uma Comissão Temporária Externa destinada ao acompanhamento dos casos de violência doméstica contra a mulher e feminicídio no País.

A deputada quer verificar como os Estados estão atuando, quais são as políticas implementadas, quais os recursos destinados para este enfrentamento, se há ou não orçamento garantido para a execução dessas políticas de forma permanente.

> Medo tem feito mulheres desistirem de se relacionar. É a solução?

A reportagem do Estado, mostrou que em média, uma mulher é vítima de feminicídio no Estado de São Paulo a cada 60 horas. Em 2018, 148 assassinatos foram registrados já no boletim de ocorrência como derivados de violência doméstica ou por "menosprezo ou discriminação à condição de mulher".

O número de mortes é 12,9% maior do que o registrado no ano anterior (131) e mais do que o dobro do que o observado em 2016 (70), embora a quantidade de homicídios dolosos tenha diminuído no Estado. Os dados foram levantados pelo Estadão Dados com base em boletins de ocorrência (BO) da Secretaria de Segurança Pública (SSP).

Site:

<https://www.noticiaagora.com.br/brasil/2019/03/jovem-que-foi-queimada-pelo-namorado-sera-enterrada-nesta-sexta-feira-1014171211.html>

Jovem que foi queimada pelo namorado em SP será enterrada nesta sexta-feira

A estudante Isabela Miranda de Oliveira, de 19 anos, que foi agredida e queimada pelo namorado, será enterrada às 10h desta sexta-feira, 8, no Cemitério Municipal Orlando Mollo, em Caieiras, município da Grande São Paulo. Isabela teve o corpo incendiado pelo namorado, William Felipe de Oliveira Alves, de 21 anos, durante um churrasco em Franco da Rocha, na região metropolitana de São Paulo, no domingo de carnaval, dia 3.

Segundo relatos de testemunhas, Isabela teria sido abusada sexualmente pelo cunhado, de 23 anos, enquanto dormia após passar mal. O namorado teria ido até o quarto e flagrou os dois na cama. Após ver a cena, o namorado achou que o ato era consensual, espancou Isabela e em seguida, ateou fogo no cômodo.

De acordo com a Secretaria de Segurança Pública (SSP), a estudante, que teve mais de 80% do corpo queimado, e o cunhado foram socorridos ao Hospital Estadual Francisco Morato. A jovem não resistiu aos ferimentos e morreu nesta quinta-feira, 7.

Foi solicitada perícia a local e duas facas foram apreendidas. O caso foi registrado como lesão corporal e tentativa de homicídio qualificado na delegacia de Franco da Rocha. Após passar por audiência de custódia, William teve a prisão decretada pela Justiça.

Feminicídio

A Câmara aprovou no final de fevereiro o pedido da deputada Flávia Arruda (PR-DF) para a criação de uma Comissão Temporária Externa destinada ao acompanhamento dos casos de violência doméstica contra a mulher e feminicídio no País.

A deputada quer verificar como os Estados estão atuando, quais são as políticas implementadas, quais os recursos destinados para este enfrentamento e se há ou não orçamento garantido para a execução dessas políticas de forma permanente.

A reportagem do jornal O Estado de S. Paulo, mostrou que em média, uma mulher é vítima de feminicídio no Estado de São Paulo a cada 60 horas. Em 2018, 148 assassinatos foram registrados já no boletim de ocorrência como derivados de violência

doméstica ou por "menosprezo ou discriminação à condição de mulher".

O número de mortes é 12,9% maior do que o registrado no ano anterior (131) e mais do que o dobro do que o observado em 2016 (70), embora a quantidade de homicídios dolosos tenha diminuído no Estado. Os dados foram levantados pelo Estadão Dados com base em boletins de ocorrência da Secretaria de Segurança Pública (SSP).

Ana Paula Niederauer

Estadao Conteudo

Copyright © 2019 Estadão Conteúdo. Todos os direitos reservados.

Notícias Relacionadas:

FOLHA VITÓRIA - ES

Jovem que foi queimada pelo namorado em SP será enterrada nesta sexta-feira

ES HOJE ONLINE - ES

Jovem que foi queimada pelo namorado em SP será enterrada nesta sexta-feira

Site:

<https://www.aquinoicias.com/2019/03/20190308130439-jovem-que-foi-queimada-pelo-namorado-em-sp-sera-enterrada-nesta-sexta-feira/>

CNJ levanta processos de desastres em Brumadinho, Mariana, Unaí e da Boate Kiss

O **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** prepara o mapeamento dos processos judiciais que envolvem os desastres ocorridos em Mariana, em Brumadinho, o incêndio da Boate Kiss e a Chacina de Unaí. O objetivo é consolidar dados para que se tenha uma visão global das decisões proferidas pelo Poder Judiciário, reunindo as Justiças Federal, Estadual e do Trabalho.

Leia mais: **CNJ** e CNMP criam observatório para dar resposta célere a catástrofes

O trabalho será apresentado ao Observatório Nacional sobre Questões Ambientais, Econômicas e Sociais de Alta Complexidade, Grande Impacto e Repercussão, que visa reunir esforços do sistema de Justiça para contribuir com a razoável duração dos processos judiciais em tramitação sobre esses casos. A ideia consiste em ouvir os Tribunais, Juízes, servidores e representantes do Sistema de Justiça dos Estados de envolvidos em busca de soluções céleres e efetivas em favor dos atingidos. Brumadinho, Mariana, Unaí e a Boate Kiss serão os primeiros casos analisados pelo grupo, que envolve, além do **CNJ**, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Em reunião realizada em fevereiro, na sede do CNMP, em Brasília, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do **CNJ**, ministro Dias Toffoli, explicou que o Observatório deve apontar sugestões de soluções para as autoridades competentes que atuam em cada questão de alta complexidade. "É uma oportunidade clara de mostrar que nossa competência é coordenar, do ponto de vista da orientação, para que sejam produzidas respostas rápidas e justas", falou.

No dia 6 de fevereiro, os conselheiros do **CNJ** Valdetário Monteiro e Maria Tereza Uille foram pessoalmente ao local do acidente em Brumadinho para conversar com as vítimas, bombeiros e policiais e conhecer a estrutura judicial local. "Ficamos impressionados com a agilidade do Judiciário local, que tem feito o seu melhor, e pudemos constatar isso pessoalmente em Brumadinho", disse Valdetário Monteiro.

Monteiro citou o caso do juiz de plantão que, em uma hora após o pedido da Advocacia Geral da União (AGU), determinou às operadoras de telefonia que fornecessem os dados de localização dos celulares de

possíveis vítimas, expedindo atos judiciais inclusive de madrugada. "Todos estão totalmente mobilizados para ajudar. O papel do Observatório é disponibilizar estrutura, informação e capacitação para que eles possam responder com mais rigidez e propriedade a essa gigantesca demanda", completou.

Os dois conselheiros devem voltar à cidade no próximo mês. "A intenção do Observatório é levar apoio institucional e propiciar a integração entre os ramos de Justiça", afirmou a conselheira Uille.

O Observatório trabalhará também no sentido de recomendar o desenvolvimento de um painel de especialistas independentes para atuar como consultores dos responsáveis por cada questão de alta complexidade. Nessa linha, está prevista a criação de uma sala de situação para congregar as autoridades atuantes em cada caso.

"Nosso papel é fortalecer os atores que devem agir nesses casos. Tudo que fizermos deve ser norteado na ideia de celeridade e resolutividade para melhorar a atuação das instituições. É isso o que a sociedade espera", disse a presidente do CNMP e procuradora-geral da República, Raquel Dodge.

A próxima reunião do Observatório ficou agendada para o dia 12 de março, na sede do **CNJ**. Na oportunidade, será discutida a criação de um portal nos dois Conselhos, que reunirá informações das ações do Observatório.

Instituído em 31 de janeiro deste ano por portaria conjunta do **CNJ** e do CNMP, o Observatório definiu que as prioridades do grupo são a catástrofe de Brumadinho, a tragédia ambiental de Mariana (maior desastre ambiental do país, ocorrido em 2015), o incêndio na Boate Kiss (na cidade gaúcha de Santa Maria, em 2013, que deixou 234 mortos e 633 feridos) e a Chacina de Unaí (assassinato de fiscais do Ministério do Trabalho no município mineiro de Unaí, em 2004).

De acordo com o ministro Dias Toffoli, o Observatório representa um apoio institucional próximo e direto da Justiça "para que seja dada prioridade na atuação nesses quatro casos que tiveram grande repercussão".

Paula Andrade

Agência **CNJ** de Notícias

Site: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/88538-cnj-levanta-dados-processuais-de-desastres-em-brumadinho-mariana-unai-e-da-boate-kiss>

Consulta pública sobre cadastros nacionais é encerrada com 220 sugestões

Cerca de 220 cidadãos participaram da consulta pública realizada pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** para levantar sugestões de atualização em oito cadastros nacionais. A consulta foi concluída na última quinta-feira (28/2), antes do carnaval. A ideia é aproveitar as ideias para trazer mais efetividade aos cadastros. O trabalho está sendo realizado pelo o Comitê Gestor dos Cadastros Nacionais do **CNJ**. Tribunais ainda podem participar enviando sugestões para o Conselho.

Os resultados da consulta pública e das participações registradas serão aplicados sobre o uso e alimentação de dados do Sistema Nacional de Bens Apreendidos (SNBA), do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA), do Justiça Aberta Extrajudicial, do Sistema Nacional de Controle de Interceptações Telefônicas (SNCI), do Banco Nacional de Demandas Repetitivas e Precedentes Obrigatórios (BNPR), o Cadastro Nacional de Inspeções em Unidades de Internação e Semiliberdade (CNIUIS), o Sistema de **Audiência de Custódia** (SISTAC) e o Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais (CNIEP), também conhecido como Geopresídios.

"O nosso próximo passo será analisar, uma por uma, as sugestões enviadas para ver se são viáveis tecnicamente", afirmou o conselheiro Valdetário Monteiro, coordenador do Comitê Gestor.

O sistema que mais teve intervenções foi o SNBA, com 92 propostas de aperfeiçoamento. O sistema é uma ferramenta eletrônica que consolida as informações sobre os bens apreendidos em procedimentos criminais em todo o território nacional, o que permitiria melhor controle dos processos e bens pelos órgãos judiciais. Em segundo lugar, está o Sistac, com 37 sugestões públicas. Ele foi criado pelo **CNJ** com a finalidade de gerar o registro das audiências de custódia e a produção das atas resultantes desse ato. As audiências de custódia que garantem a apresentação do autuado preso em flagrante delito perante um juiz, no prazo de 24 horas, para que seja avaliada a legalidade e a necessidade de manutenção da prisão.

O terceiro sistema que mais recebeu sugestões foi o Justiça Aberta Extrajudicial, que disponibiliza dados sobre os cadastros dos cartórios registrados no Brasil.

O programa, desenvolvido pela Corregedoria Nacional de Justiça, permite à sociedade conhecer a realidade das serventias extrajudiciais em todo o País, além de dotar o **Conselho Nacional de Justiça** de ferramentas para a formulação de políticas de gestão administrativa. No total, foram recebidas 27 sugestões para esse sistema.

Apesar de a consulta ao público estar encerrada, os órgãos do Poder Judiciário ainda podem participar da atualização dos cadastros nacionais, enviando suas sugestões para o **CNJ**.

O Comitê Gestor dos Cadastros Nacionais do Conselho foi criado por meio da Portaria Conjunta n.1/2018, assinada pelo presidente do Conselho, ministro Dias Toffoli, e pelo corregedor Nacional de Justiça, ministro Humberto Martins. Segundo a portaria que instituiu o Comitê Gestor, não serão coordenadas pelo grupo mudanças no Cadastro Nacional de **Mediadores Judiciais** e Conciliadores; no Cadastro Nacional de Instrutores em Mediação; no Renajud; no Infojud; no Bacenjud; no SerasaJud; no Cadastro Nacional dos Expositores de Oficinas de Divórcio e Parentalidade; e em outros cadastros e sistemas geridos por comissões específicas ou que estejam sob a gestão de parceiros.

Paula Andrade

Agência **CNJ** de Notícias

Site: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/88531-consulta-publica-sobre-cadastros-nacionais-e-encerrada-com-220-sugestoes>

Cresce número de processos de feminicídio e de violência doméstica em 2018

Os últimos anos têm sido marcados pelo aumento no número de casos de feminicídios que chegam ao Poder Judiciário. Desde 2016, quando esses crimes passaram a ser acompanhados pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**, a quantidade de processos só cresce. Em 2018, o aumento foi de 34% em relação a 2016, passando de 3.339 casos para 4.461. As informações foram divulgadas nesta sexta-feira (8/3), quando se comemora o Dia Internacional da Mulher. Acesse aqui os dados completos, por estado.

Os tribunais de Justiça também perceberam crescimento no número de processos pendentes relativos à violência contra a mulher. Em 2016, havia quase 892 mil ações aguardando decisão da Justiça. Dois anos depois, esse número cresceu 13%, superando a marca de um milhão de casos. Os dados dos tribunais foram consolidados pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ/**CNJ**).

O número de sentenças de medidas protetivas aplicadas também apresentou mudança. No ano passado, foram concedidas cerca de 339,2 mil medidas- alta de 36% em relação ao ano de 2016, quando foram registradas 249,5 mil decisões dessa natureza.

A publicação de relatórios analíticos e dados relativos a esse tema pelo DPJ está prevista na Resolução **CNJ** nº 254/2018 do **CNJ**, que criou a Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Divergência

Vale ressaltar que os números de casos de feminicídios que tramitam no Brasil foram revisados pelos tribunais de Justiça, passando de 10 mil para 4.461. Especialmente três tribunais (Paraná, Rio Grande do Norte e Goiás) atualizaram seus dados, impactando para baixo os números anteriormente publicados.

No relatório O Poder Judiciário na Aplicação da Lei Maria da Penha, elaborado pelo DPJ/**CNJ**, em 2018, o Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) dizia tramitar em sua corte 4.925 casos (referente ao ano de 2017). Após a revisão, o número caiu para 200. Os dados informados pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do

Norte (TJRN) também apresentaram uma expressiva diferença. No ano passado, a corte informou ter tramitado 1.380 processos de feminicídio em 2017. Após revisão, a corte reclassificou os dados para 25.

É preciso destacar também que a coleta das informações sobre feminicídio é relativamente nova, uma vez que apenas em 2015 o crime passou a ser uma qualificadora do crime de homicídio, e incluído no rol dos crimes hediondos, como estupro, latrocínio e genocídio (Lei nº 13.104/2015). As tabelas de classificação de crimes foram modificadas após essa data.

Desde 2007, por iniciativa do Conselho, juizados ou varas especializadas no combate à violência doméstica contra a mulher foram criados a partir da Recomendação **CNJ** n. 9/2007 . Em 2011, foi editada a Resolução **CNJ** n. 128 , para a criação de Coordenadorias da Mulher, voltadas para a articulação interna e externa do Poder Judiciário no combate e prevenção à violência contra a mulher, no âmbito dos tribunais estaduais.

O **CNJ** também instituiu como programa oficial dos tribunais de Justiça do país a Semana Justiça pela Paz em Casa, para fazer valer a Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/2006) , agilizando a tramitação dos processos relativos à violência doméstica. O trabalho também conta com um olhar de prevenção, com a realização de cursos voltados para o fortalecimento da questão de gênero e de combate à violência contra a mulher junto à sociedade civil. A exemplo dos últimos anos, em 2019, haverá três edições da mobilização. A primeira começa na próxima segunda-feira (11/3) e se encerra no dia 15 de março. De 19 a 23 de agosto ocorre a 14ª edição) e de 25 a 29 de novembro, a 15ª.

Os magistrados também se reúnem nas chamadas Jornadas Maria da Penha para debater e aprimorar a aplicação das leis voltadas ao combate à violência doméstica e familiar contra a mulher.

Regina Bandeira

Agência **CNJ** de Notícias

Site: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/88539-cresce-numero-de-processos-de-feminicidio-e-de-violencia-domestica-em-2018>

Na linha oposta à da Lava Jato, Fachin diz que cabe à União destinar dinheiro recuperado

Entrelinha Em decisão publicada na quarta (6), Edson Fachin reafirmou posição do STF de que é a União quem determina a destinação de valores recuperados pela Lava Jato. O ministro externou o entendimento no momento em que a força-tarefa de Curitiba tenta pôr de pé uma fundação com R\$2,5 bilhões.

Chave do cofre O presidente da Ajufe, Fernando Mendes, diz que a criação de uma entidade é boa ideia, mas defende que o fundo com os recursos seja vinculado ao **Conselho Nacional de Justiça** e não ao Ministério Público. Para ele, "o **CNJ** seria o órgão responsável pelo aparelhamento da Justiça de modo mais amplo".

Leia mais notícias do Painel aqui.

Site: <https://painel.blogfolha.uol.com.br/?p=29922>

Togadas e estagnadas

Clara Mota Pimenta Alves

As lições tiradas da experiência de criação de cotas no fundo partidário para o financiamento de candidaturas femininas, com seus sucessivos questionamentos judiciais e desvios, transcendem o tema da participação das mulheres na política eleitoral e mostram que, no campo das disputas por equidade, tem razão Eduardo Galeano quando diz que um passo em direção à utopia pode fazer com que ela pareça se afastar um pouco no horizonte. Infelizmente, a existência de políticas afirmativas nem sempre tem garantido a concretização de avanços reais.

As dificuldades enfrentadas pelas mulheres na tentativa de chegar ao Poder Legislativo mudam de roupagem, mas também se fazem presentes no Poder Judiciário.

O Brasil observa um cenário de quase estagnação nas estatísticas sobre o assunto participação feminina. Entre 2013 e 2018, saiu-se de um patamar de 36% de juízas para os atuais 38%. Na Justiça Federal, no mesmo período, as mulheres foram de 26% para apenas 32% da força de trabalho. Em tribunais como Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça, nem sequer atingem 20% da atual composição. Evidenciando desigualdades ainda mais estruturais, juízas negras constituem 1,75% da magistratura.

Em 2018, tentando modificar esse cenário, o **CNJ (Conselho Nacional de Justiça)** instituiu uma inovadora política nacional de incentivo à presença de mulheres em cargos de chefia, bancas de concurso e eventos científicos do Judiciário. No dia da aprovação dessa medida, a ministra Cármen Lúcia lembrou que "há tribunais com 57 desembargadores e uma mulher. Não é algo que ainda podemos desprezar". Em verdade, existe tribunal que, desde 1988, não assistiu à promoção de nenhuma juíza de carreira à segunda instância.

O "teto de vidro" que dificulta a chegada das mulheres aos postos mais altos do Judiciário não pode ser compreendido como obra do acaso e nem depende apenas da passagem do tempo para ser removido.

No primeiro 8 de março de vigência da resolução nº. 255 do **CNJ**, continuam enormes os desafios institucionais para que ela saia do papel.

A base masculina da magistratura e o sistema de

promoção que alterna antiguidade e merecimento tornam especialmente lenta a mudança de panorama. Promovem-se como mais antigos obviamente aqueles que sempre estiveram vestindo a toga. Já as promoções por merecimento, mais marcadas por dinâmicas políticas, tendem a promover um percentual ainda menor de mulheres ao cargo de desembargadora, segundo dados do Conselho da Justiça Federal.

As mulheres que ascendem raramente ocupam as vitrines de eventos, comissões e celebrações. E assim são mantidas as antigas engrenagens que restringem a presença feminina no espaço público. Se poucas mulheres são vistas, menos ainda são as que conseguem ser lembradas.

A baixa representatividade se traduz em políticas públicas igualmente rarefeitas. Poucos tribunais brasileiros contam com comitês voltados à promoção de igualdade de gênero e mecanismos para o adequado tratamento de denúncias de assédio sexual.

O Poder Judiciário nacional tampouco dispõe de um protocolo amplo que oriente o julgamento com perspectiva de gênero e seja capaz de estabelecer, em áreas essenciais, o olhar que o sistema de justiça precisa dedicar às mulheres em situação de vulnerabilidade. A população que não se enxerga nas salas de audiências e sessões pode ser invisível também aos olhos de quem a julga.

Como uma cabeça num corpo estranho, a mesma Justiça que celebra a inovação em aparatos tecnológicos e de solução de processos deixa de assumir a vanguarda no quesito equidade. Nessa contradição, põe-se em xeque o sucesso de mudanças sociais e normativas que não podem esperar.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/03/togadas-e-estagnadas.shtml>

Mês Nacional do Júri realizou mais de 3,5 mil julgamentos

Programa criado pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** para agilizar o julgamento de crimes dolosos contra a vida, o "Mês Nacional do Júri" registrou 3.531 sessões de julgamento em novembro do ano passado, em um verdadeiro mutirão envolvendo magistrados e servidores do Judiciário em parceria com promotores, defensores públicos e advogados.

O balanço sobre o esforço concentrado no julgamento dos crimes hediondos (homicídio e tentativa de homicídio) consta do relatório estatístico "Mês Nacional do Júri" elaborado pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ) do **CNJ** e disponível para a consulta do público.

O relatório mostra que o "Mês Nacional do Júri" conferiu prioridade ao julgamento de processos em que constam réus presos, processos envolvendo violência contra a mulher e crimes contra crianças e adolescentes. O mutirão também buscou dar preferência à análise dos processos de crimes praticados por policiais e crimes decorrentes de conflitos em bares e casas noturnas.

O esforço concentrado do Poder Judiciário para realizar milhares de sessões em um único mês contou, em novembro do ano passado, com a participação de 1.393 magistrados e 7.804 servidores. A mobilização abrangeu os 27 tribunais de justiça dos estados e do Distrito Federal. Nesse mutirão, os tribunais de Minas Gerais, Pernambuco e Ceará apresentaram os maiores quantitativos de sessões do júri realizadas.

Até 2015, esse esforço concentrado era realizado apenas durante uma semana do ano, sempre no mês de novembro. A partir de 2016, o programa passou a ser realizado em todo o 11º mês do ano. Conforme dados levantados pelo DPJ, os julgamentos realizados foram de 2.442 em 2014, de 2.633 em 2015, de 3.946 em 2016, de 4.112 em 2017 e de 3.531 em 2018. A Portaria **CNJ** nº69/2017 é a norma que regula a realização da ação no Poder Judiciário brasileiro.

Na comparação dos números, observa-se redução do quantitativo de julgamentos em 2018 em face de 2017. No entanto, o levantamento mostra que apesar dessa diminuição, o número de réus julgados aumentou 10%. Considerando réus presos, houve ampliação de 41% no número de presos provisórios julgados.

"Vê-se que a celeridade no tratamento desses crimes tem impacto, portanto, não apenas na pacificação social, diminuindo o sentimento de injustiça e impunidade, mas no próprio mérito dos julgamentos, tendo em vista a correlação entre o decurso do tempo e o resultado das decisões. Prescrições e absolvições aumentam significativamente com o transcurso do tempo, cujo efeito negativo se pretende combater com as ações mencionadas", relata o documento destacando a importância dos mutirões para o julgamento de crimes dolosos contra a vida.

Mais homicídios do que guerra da Síria

Além do balanço referente ao desempenho do "Mês do Júri" em 2018, o relatório traça panorama sobre a violência no Brasil atestando a importância da realização dos mutirões para o julgamento dos crimes violentos e para que se dissemine o sentimento de que os criminosos não ficarão impunes.

A partir de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o documento elaborado pelo DPJ informa que, entre 2006 e 2016, 553 mil pessoas perderam suas vidas no Brasil devido à violência intencional. "O número total de mortos supera - para que tenhamos clara sua desmedida - o de vítimas fatais da guerra da Síria no período de março de 2011 a agosto de 2016" destaca o documento.

Em outro dado, é exposto que, em 2016, a taxa de homicídios no Brasil atingiu "a inédita e vexatória" marca de 30 para cada 100 mil habitantes, uma taxa 30 vezes maior que a da Europa.

Site:

<http://www.fragaadvogados.jur.adv.br/index.php?p=detalheNoticia&codigo=1111027>

Artigo: Para a Lava-Jato não acabar em pizza

Stanley Valeriano

Ao longo dos últimos cinco anos, a população vem acompanhando o desenrolar da Operação Lava-Jato e torcido para que seus resultados não sejam passageiros e transitórios. De fato, todos estamos acostumados a acompanhar pelos telejornais os inúmeros escândalos de corrupção e as inúmeras operações anteriores que já morreram na praia. Quem não se lembra de Satiagraha, Anões do Orçamento e Propinoduto e de outras operações cujo final resultou em pizza? Embora a Lava-Jato não seja a salvação para todas as mazelas do país, espera-se que seus resultados sejam duradouros e que seja realmente um sinal de uma mudança sólida e contínua em direção a uma sociedade menos corrupta e em que as verbas públicas sejam aplicadas com responsabilidade, em favor do cidadão e de suas necessidades.

Alcançar esses objetivos é uma tarefa árdua porque há muitas resistências. Trata-se de desestruturar um sistema profundamente enraizado que move interesses milionários e atinge algumas das pessoas mais poderosas da República. De fato, há sempre muitos interessados em que a Lava-Jato tenha o mesmo fim que grandes escândalos de corrupção anteriores e essas resistências aparecem, a cada momento da operação, com trajés diferentes.

O próximo round a ser enfrentado é um julgamento que se aproxima no STF, em que será discutido se a Justiça Eleitoral tem competência para julgar crimes de corrupção, quando houver conexão com crimes eleitorais. Parece algo banal e sem importância para a maior parte da população, mas esse julgamento pode significar o fim de toda a Lava-Jato. Fato é que a Justiça Eleitoral não está preparada para lidar com casos grandes e complexos, como a Lava-Jato, e permitir a transferência dos julgamentos, em razão dessa suposta conexão, implicaria o fim da operação e mesmo a anulação das condenações já obtidas.

A impropriedade de se remeter tais processos à Justiça Eleitoral fica evidente após uma simples olhada nas estatísticas publicadas pelo **Conselho Nacional de Justiça** no boletim "Justiça em Números 2018": enquanto na Justiça Federal em todo o Brasil tramitaram mais de 300 mil processos criminais no ano de 2017, a Justiça Eleitoral tinha sob sua jurisdição pouco mais de 13 mil. Apesar de serem poucos casos, os processos criminais na Justiça Eleitoral costumam demorar até o dobro do tempo de tramitação do processo não criminal. Além disso, não se tem notícia

de condenações pela Justiça Eleitoral. Não se trata de crítica à Justiça Eleitoral, mas de reconhecer que essa justiça especializada foi criada para outras finalidades.

Para além desse ponto, é importante destacar o papel do STF como corte constitucional na construção de um microsistema de combate à corrupção, que vem se aperfeiçoando com a criação de institutos como a colaboração premiada e a leniência e a aplicação das leis de lavagem de dinheiro e organizações criminosas.

Com efeito, o STF, imbuído de sua responsabilidade na efetivação dos princípios constitucionais, tem sempre conseguido atuar de forma equilibrada entre a hermenêutica tradicional e o pragmatismo jurídico nas questões de grande relevância social. Prova disso é que essa interpretação voltada não apenas para a literalidade da lei, mas também para as consequências sociais de sua aplicação, permitiu avançar em vários pontos, como: vinculação do mandato à filiação partidária, releitura da abrangência da prerrogativa de foro e aplicação da prisão após o julgamento em segundo grau.

Seguindo essa mesma linha, espera-se que o STF consiga proteger a Lava-Jato de mais uma tentativa de ataque, que pode feri-la de morte. Que a Corte Suprema, captando as necessidades de nosso tempo, possa fazer uma abordagem jurídica voltada para o futuro, especialmente em termos de política criminal e de sinalização de que o país seguirá avançando no combate à corrupção.

Stanley Valeriano é procurador da República e integrante da força-tarefa Lava Jato no Rio de Janeiro

Site: <https://oglobo.globo.com/opiniao/artigo-para-lava-jato-nao-acabar-em-pizza-23506685>

Carnaval teve 169 casos de agressão

| 8 DE MARÇO |

O Espírito Santo registrou 169 casos de violência contra mulher durante o carnaval. São dados computados de registros policiais ocorridos entre as 18 horas da última sexta-feira, dia 1º, até às 6 horas da quarta-feira de cinzas, dia 6.

Os números, divulgados ontem pela Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp), apontam que neste período foram 94 pedidos de medidas protetivas solicitados à Justiça por mulheres ameaçadas de violência doméstica. Segundo a Sesp, os 169 registros estão relacionados a crimes praticados e não ao número de pessoas investigadas. Isso porque um mesmo acusado de praticar violência pode responder a mais de um crime.

Foram presos em flagrante 70 homens acusados de violência contra a mulher e de crimes contra a dignidade sexual da mulher.

Do total de casos de violência contra elas, 84 envolveram lesão corporal, dez foram estupro, 60 de ameaça, dois de tentativa de feminicídio, nove descumprimentos de medidas protetivas e quatro casos de importunação sexual.

O secretário de Estado de Segurança Pública, Roberto Sá, reforça que as mulheres vítimas de violência devem vencer o medo e denunciar os casos à polícia.

"Denunciem. Ao menor sinal de que a confiança foi perdida e de que pode haver uma agressão física, já nas agressões verbais, tomem suas providências de afastamento. A polícia está à disposição para fazer o registro e para solicitar as medidas protetivas."

O delegado-geral da Polícia Civil, Darcy Arruda, declarou que os números chamam a atenção, mas que agora aparecem mais em razão de que anteriormente eram subnotificados. "Os números poderiam estar escondidos. A imprensa ajudou muito também, dando voz a campanha 'Não é Não!'. A mulher está tendo maior confiança, entendendo a importância de denunciar, que não pode se calar e guardar para ela. Os números estão aí", declarou.

Segundo Arruda, todos os casos que foram levados à polícia terão providências tomadas. "Nos casos de flagrante delito, o crime é inafiançável e o agressor vai ficar preso. De lá não sai", pontuou.

ELAS SÃO VISTAS COMO INFERIORES

a A violência de gênero diz respeito a crimes praticados contra a mulher pelo fato de ser mulher: Por conta de uma visão arraigada de que elas são um ser inferior uma coisa, que não é humana. E daí que vem a violência, do fato de o homem não a reconhecer como igual.

Nas ruas, se está com algum tipo de roupa considerada 'provocativa', isso é visto como uma oportunidade de prática de assédio sexual. Essas cantadas de rua são palavras que nada têm de românticas, visam diminuir a figura feminina. Hoje temos leis que preveem punição para esses crimes. Mas a solução não está em mais punição, está em mais educação. Infelizmente não temos andado neste caminho. Vejo endurecimento da lei, o clamor da população por punição, mas não ações no sentido de fazer uma educação mais igualitária e cívica.

ERIKA CHIOCA FURLAN

PROFESSORA DE DIREITO PENAL DA
UNIVERSIDADE MACKENZIE

Prisões e medidas protetivas

Foram registrados quatro pedidos de medidas protetivas e 70 homens foram detidos em flagrante acusados de violência contra a mulher.

QUASE 15 MIL

Dados das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher " mostram que as ocorrências têm sido muitas durante o ano inteiro: 41 mulheres foram agredidas por dia no Estado em todo ano passado, um total de 14.991 ocorrências.

DADOS

AGRESSÕES NO CARNAVAL DESTES ANO a
Quantidade

Foram 169 crimes de violência contra mulher em cinco dias de carnaval.

a Lesão, estupro e ameaça

Entre as agressões: 84 tiveram lesão corporal, dez foram estupro, 60 foram ameaça e houve duas de tentativa de feminicídio. Além disso, houve nove

descumprimentos de medidas protetivas e quatro casos de importunação sexual.

Site: https://subscriber.pagesuite-professional.co.uk/custompages/Gazeta/gazeta_subscriber.aspx?eid=3645542b-ae56-4e7d-af4b-5fed4a7d75df